



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Contrato

CONT-SAF-ANTAQ Nº 22/2020

PROCESSO Nº 50300.021423/2020-17

**TERMO DE
CONTRATO
DE
AQUISIÇÃO
DE
TELEVISORES
QUE FAZEM
ENTRE SI A
AGÊNCIA
NACIONAL
DE
TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS
– ANTAQ E
A EMPRESA
THE BEST
PRODUTOS
ELETRÔNICOS
LTDA - EPP.**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ**, autarquia especial, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pela Lei nº. 10.233, de 05 de junho de 2001, e suas alterações posteriores, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.903.587/0001-08, estabelecida no SEP/Quadrado 514, Conjunto E, CEP: 70760-545, Brasília–DF, a seguir denominada apenas **ANTAQ**, neste ato representada pelo Superintendente de Administração e Finanças, Sr. **JOELSON NEVES MIRANDA**, brasileiro, casado, RG nº 2.548.496 SSP/DF, CPF/MF nº 956.899.821-72, residente e domiciliado nesta capital, nomeado pela Portaria nº 52, de 28 de fevereiro de 2018, publicada no D.O.U. de 01.03.2018, com poderes conferidos pelo art. 2º da Resolução ANTAQ nº 6.482, de 13 de novembro de 2018, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **THE BEST PRODUTOS E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.706.498/0001-78, sediada na Rua U 75, Quadra, 43, Lote 19, nº 48, Setor União, CEP: 74313-650, Goiânia-GO, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada

pelo Sr. **MAIKE COSTA CONSTANTINO**, portador da Carteira de Identidade nº 3318738 SSP/PA, e CPF nº 000.557.341-62, tendo em vista o que consta no Processo nº 50300.021423/2020-17 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 16/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de televisores, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	439607	Unidade	23

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 06 (seis) meses, conforme fixado no Termo de Referência, contados do recebimento da Nota de Empenho, sem prorrogação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 156.289,60 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)**.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	LOCAL DE ENTREGA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	ANTAQ – BRASILIA/DF	9	R\$ 6.795,20	R\$ 61.156,80
	Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Belém/PA	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
	Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Corumbá/MS	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
	Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Florianópolis/SC	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
	Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Fortaleza/CE	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
	Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Manaus/AM	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
	Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Curitiba/PR	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20

Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Porto Alegre/RS	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Porto Velho/RO	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Recife/PE	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional do Rio de Janeiro/RJ	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Salvador/BA	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de São Luís/MA	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Posto Avançado de Santos/SP	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
Televisor LED de no mínimo 75 polegadas	Unidade Regional de Vitória/ES	1	R\$ 6.795,20	R\$ 6.795,20
VALOR TOTAL				R\$ 156.289,60

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 68201/ 682010

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001- Administração da Unidade - Nacional

Elemento de Despesa: 4490.52.33 - Equipamentos e Material Permanente

PI: A200

Nota de Empenho: 2020NE800898, de 16 de novembro de 2020.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

JOELSON NEVES MIRANDA

ANTAQ

MAIKE COSTA CONSTANTINO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Claudemberg Silva de Moraes

CPF: 005.444.211-75

Nome: Núbia Rodrigues Alcântara

CPF: 831.543.291-53



Documento assinado eletronicamente por **Maike Costa Constantino, Usuário Externo**, em 20/11/2020, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joelson Neves Miranda, Superintendente de Administração e Finanças**, em 24/11/2020, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudemberg Silva de Moraes, Analista Administrativo**, em 25/11/2020, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nubia Rodrigues Alcantara, Analista Administrativo**, em 25/11/2020, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1191130** e o código CRC **81FF3632**.